



Gatti diz que só assim o governo poderá montar um vigoroso sistema contra a corrupção

Contadores propõem passar País a limpo com balanço

Helival Rios

O Brasil deve fechar para balanço. Esta proposta está sendo encaminhada ao presidente Fernando Collor, pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Ivan Carlos Gatti, que vê aí a possibilidade concreta de passar o País a limpo para, em seguida, dar lugar à montagem de um vigoroso sistema de controle patrimonial e de modernização do processo de acompanhamento das contas do setor público. Somente uma contabilidade pública moderna e eficiente, no entendimento de Ivan Carlos Gatti, será capaz de vacinar o Brasil contra os frequentes casos de corrupção dentro do governo.

Os controles contábeis hoje vigentes na administração pública federal são arcaicos e deixam muito a desejar, apoiados numa legislação datada, ainda, de 1964 e em metodologias superadas. O governo deve modernizar a contabilidade pública e usá-la como instrumento efetivo de combate à corrupção.

Antes, porém, propõe Ivan Carlos Gatti, deve "fechar o País para balanço", expressão que ele usa para definir a necessidade de se levantar, do ponto de vista contábil,

tudo o que foi feito até aqui, de modo a passar todo o setor público a limpo.

O presidente Collor, que tem demonstrado desde o início do governo uma preocupação com a modernização do País e com a preservação do patrimônio público, segundo o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, não pode se descuidar da contabilidade do setor público. A rigor, porém, ele diz que todas as esferas do Executivo (federal, estadual e municipal) carecem de uma ampla reformulação do sistema de controle patrimonial.

O ponto de partida dessa ampla reformulação, no caso do governo federal, será a mudança da lei 4.320, de 1964, repleta de "pontos de estrangulamento", de arcaísmos e de obstáculo à eficiência contábil.

Um grupo de trabalho constituído pelo Conselho Federal de Contabilidade deverá concluir, nos próximos dias, um amplo estudo sobre a reformulação de todo o sistema contábil do setor público, envolvendo o orçamento, processos de licitação e controle individual de bens.

O trabalho será entregue ao presidente Fernando Collor no dia

25 de abril, Dia do Contador, como uma contribuição da categoria à preservação do patrimônio público.

Numa conversa mantida com o *Jornal de Brasília*, ainda no que se refere ao aspecto de modernização, Ivan Carlos Gatti disse que vai também pedir ao presidente Collor a desregulamentação dos conselhos regionais de todas as categorias profissionais que continuam, indevidamente atrelados ao governo, embora sejam mantidos completamente com recursos próprios das categorias, como é o caso do Conselho Federal de Contabilidade.

Ivan Carlos Gatti deverá, também, solicitar ao presidente Collor um prazo de carência, antes da entrada em vigor, da lei 8.383, que obriga as empresas à apresentação de balancetes mensais ao Departamento de Receita Federal. Como há no Brasil 3 milhões de pequenas micros e médias empresas, os 36 mil escritórios de contabilidade precisam de algum tempo para adequarem-se à nova exigência, que ele acha correta. Tão correta que, no seu entendimento, deveria se estender também ao setor público, contribuindo, assim, para o aprimoramento dos mecanismos de controle do setor.